

## Sistematización dos procesos de trabalho e peculiaridades das experiências de economia popular e solidárias desenvolvidas no Vale do Rio Pardo/Rio Grande do Sul - BR

### Caroline Goerck:

Assistente Social, Mestre e Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Professora de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. Email: [carolinegoerck@yahoo.com.br](mailto:carolinegoerck@yahoo.com.br).

### Leonia Capaverde Bulla:

Assistente Social, Professora e Pós-doutora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS – coordenadora do Núcleo de Estudos em Demandas e Políticas Sociais – NEDEPS.



Foto: Rita Barreto

### RESUMO

As cooperativas e associações de Economia Solidária ressurgem no Brasil, nas últimas décadas do século XX, como uma das formas de gerar trabalho e renda aos sujeitos que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho. Este artigo refere-se a uma pesquisa que teve como objetivo analisar a organização dos processos de trabalho desenvolvidos em três cooperativas e uma associação, existentes no Rio Grande do Sul. Com a efetivação deste estudo pode-se verificar que, num primeiro momento, é a possibilidade de gerar trabalho e renda que propicia a inserção dos trabalhadores nesses empreendimentos coletivos. Na maioria das experiências pesquisadas, os integrantes das cooperativas e/ou associação podem elaborar as suas próprias regras de normatização da produção e de gestão dos empreendimentos, porém ainda de modo incipiente, devido aos vínculos com o

mercado. Para o desenvolvimento desses empreendimentos, faz-se necessário, no entanto, o incentivo do poder público, mediante políticas públicas que financiem e assessoram essas experiências.

**Palavras-chave:** Reestruturação do Capital, Economia Popular Solidária, Processos de Trabalho

## SUMMARY

The cooperatives and work associations were created in Brazil, in the last decades of the century XX, as one in the ways of generating work and income to the subjects that are excluded of the formal market of work. This article refers to a research that had as objective analyzes the organization of the work processes developed in three cooperatives and an association, existent in Rio Grande do Sul. With the accomplishment of this research it can be verified that, in a first moment, it is the possibility to generate work and income that causes the workers' insert in those collective enterprises. The members of the cooperatives and association can elaborate their own rules and norms of the production and of administration of the enterprises. For the development of those enterprises, it is done necessary, however, the incentive of the public power, by public politics that finances and advises those experiences.

**Word-key:** Restructuring of the Capital - Solidary Popular Economy - Processes of Work

## INTRODUÇÃO

O “trabalho” ocupa uma posição central na forma de organização da sociedade e na socialização dos sujeitos, pois é por meio dele que o ser humano se relaciona com a natureza e a transforma. Com a finalidade do sistema capitalista – de acumulação de capital –, e com a força de trabalho – entretanto, tida pelo capitalismo como mercadoria –, o trabalho que vem sendo realizado pelos sujeitos não está sendo constituído pela auto-realização e identificação dos trabalhadores, diante dos processos de produção. A acumulação de capital é obtida pela mais-valia durante os processos de produção, que por sua vez é apropriada pelos detentores dos meios de produção, durante a efetivação dos processos de trabalho, em que os trabalhadores comercializam as suas forças de trabalho em troca de salários. Desta relação entre a compra e a venda da força de trabalho que é suscitada a questão social<sup>77</sup>.

Com a III Revolução Industrial (reestruturação do capital), desenvolvida por meio da robótica, automação e micro-eletrônica, juntamente com a readequação dos países da América Latina à reprodução do capital financeiro destinada aos países periféricos e orientada pelos países centrais (capitalismo avançado) – advindo do saque promovido pela elite latina, pelas privatizações, pela globalização e abertura comercial, entre outros (BORÓN, 1995) –, cria-se uma massa de trabalhadores considerados “sobrantes” pelo capital. O que acirra o processo de alienação<sup>78</sup>, a precariedade das condições de trabalho e as desigualdades sociais. Paralelamente a III Revolução Industrial e a readequação da América Latina as exigências impostas pelos países centrais, ocorrem o processo de minimização do Estado e o desmonte das políticas sociais públicas, implicando na perda dos direitos sociais adquiridos pela classe trabalhadora.

Diante dessa realidade, no final do século XX e limiar do século XXI, ressurgem experiências associativistas e cooperativistas no Brasil e no mundo,

---

<sup>77</sup> Questão Social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os trabalhadores sociais (IAMAMOTO, 2000).

<sup>78</sup> Mediante a fragmentação das atividades realizadas nos processos de trabalho, ocorre um processo de estranhamento, entre os trabalhadores e as mercadorias por eles produzidas (MARX, 1988). Este processo de estranhamento é designado de alienação. A alienação ocorre quando o trabalhador não se identifica e não se reconhece naquilo que produz, devido à divisão de tarefas nos processos produtivos (MARX; ENGELS, 1977).

como uma das alternativas de geração de trabalho e renda aos trabalhadores. A Economia Popular Solidária pode ser considerada uma das alternativas para os trabalhadores, diante do acirramento da questão social (entre elas, a falta de empregos formais), ocasionado pela reestruturação do capital (ANTUNES, 1995), como uma das formas de resistências dos sujeitos à questão social, sendo que estes empreendimentos coletivos são originados também pela desigualdade social e econômica, bem como uma das formas de resistência dos sujeitos ao modo de produção capitalista e suas respectivas relações sócio-econômicas. Esses empreendimentos cooperativistas e/ou associativistas, designados como Economia Popular Solidária, são constituídos normalmente pelos sujeitos que se encontram à margem do mercado formal de trabalho e, comumente, são apoiados por instituições sociais – igreja, universidades, sindicatos, entre outros. Materializa-se por meio de cooperativas e associações de trabalho, entre outros, que têm como objetivo a geração de trabalho e renda, bem como as inclusões sociais e econômicas desses sujeitos.

O trabalho possivelmente realizado nos empreendimentos coletivos poderia agregar princípios que potencializam os processos de trabalho desenvolvidos por estes trabalhadores, aspectos esses normalmente não proporcionados pelos demais empreendimentos inseridos no sistema capitalista. Os elementos que constituem o processo de trabalho nas experiências de Economia Popular Solidária são representados pela ajuda mútua, solidariedade, igualdade, participação, democracia, autogestão, entre outros. Devido a essas características, os sujeitos contam com a possibilidade de elaborar as suas próprias regras de gestão e sistematização do trabalho. Na medida em que esses empreendimentos introduzem elementos nos seus processos de trabalho, que os diferenciam da lógica e da finalidade do sistema capitalista – acumulação e centralização de capital –, pode-se referir que possivelmente essas experiências podem ser consideradas também como formas de resistência e contestação dos trabalhadores diante do capitalismo e seu processo de produção. Faz-se importante realçar, no entanto, que esses empreendimentos necessitam de políticas públicas que os assessoram e os financiam, visando as suas permanências e viabilidades no mundo do trabalho.

Este artigo tem como finalidade apresentar os dados obtidos por meio de uma pesquisa que analisou a organização dos processos de trabalho em experiências designadas, num primeiro momento, de Economia Popular Solidária na região central do Rio Grande do Sul/Brasil, mais especificamente no Vale do Rio Pardo<sup>79</sup>. Estas experiências pesquisadas foram elegidas devido ao fato das mesmas se localizarem no meio urbano dos municípios que compõem a região do Vale do Rio Pardo no Rio Grande do Sul – delimitação geográfica desta pesquisa. Refere-se ainda que os quatro empreendimentos coletivos analisados constituíam a totalidade das cooperativas e associações, existentes entre os anos de 2005 e 2006, no perímetro urbano desta região, acentuando a relevância e o ineditismo da pesquisa desenvolvida. Diante desta realidade, buscou-se desvelar as quatro experiências pesquisadas tidas como cooperativas e associações populares e solidárias, com vistas a apreendê-las na sua totalidade e contradições.

Primeiramente, será introduzida a historicidade das experiências pesquisadas, apresentando os motivos desencadeantes de suas fundações, os seus objetos de trabalho e suas principais metas, visando dar visibilidade à totalidade e às contradições destes empreendimentos coletivos. Em seguida serão apresentadas as formas de organização e sistematização dos processos de trabalho, bem como será estabelecida uma relação entre estes empreendimentos

---

2 O Vale do Rio Pardo é constituído pelos seguintes municípios: Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita, Lagoão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

e a renda dos trabalhadores. Serão introduzidos, também, os aspectos representativos que constituem essas cooperativas e associação de trabalho, mediante o processo de autogestão e de participação dos sujeitos. Por último, serão tecidas as considerações finais.

---

## **1. Experiências de Economia Popular Solidária no Vale do Rio Pardo – Rio grande do Sul /Brasil**

No Vale do Rio Pardo – Rio Grande do Sul/Brasil, delimitação geográfica desta pesquisa -, praticamente não existem estudos e pesquisas referente à Economia Popular Solidária e sobre cooperativas e associações. As cooperativas e as associações de trabalho, produção e de serviço, que geram renda aos sujeitos constituem-se como elementos preponderantes à Economia Popular Solidária.

A Lei nº 5.764/71<sup>80</sup> no Artigo 4º define cooperativas como “sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados” (NASCIMENTO, 2000, p. 133). Segundo esta mesma Lei, “compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público” (NASCIMENTO, 2000, p. 132-133); e definem-se como atos cooperativos “os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais” (NASCIMENTO, 2000, p. 153). O combate à alienação, ao desemprego, às exclusões, normalmente constituem os objetivos desses empreendimentos coletivos. Quanto maior o número de empreendimentos cooperativados, maiores suas chances de sucesso (SINGER, 1999).

Comumente, entretanto, não são todas as cooperativas e associações que possuem essa racionalidade, há cooperativas que se fundamentam na lógica capitalista, inspiradas no acúmulo de capital. Neste sentido, constata-se que a criação desses tipos de cooperativas e/ou associações foram facilitadas pela Constituição Federal de 1988, em que foi permitida a livre associação. Com a Constituição Federal de 1988, as cooperativas e/ou associações, ao serem fundadas, não precisam mais passar por aprovação de Órgão Federal responsável, para as suas fundações (NASCIMENTO, 2000).

Deve-se enfatizar ainda, que entre as cooperativas e associações existem algumas diferenciações. Nas cooperativas: os sócios são proprietários de quotas-partes, que devem ser corrigidas; são compostas por no mínimo vinte integrantes; a diretoria recebe remuneração, mediante pró-labore adicional, por assumir cargos com maior responsabilidades; as sobras da cooperativa devem retornar aos seus integrantes (RECH, 2000). Já nas associações: o patrimônio é integralmente pertencente à associação e não aos associados; a associação é integrada por até vinte associados; caso haja sobras, na associação, devem ser aplicadas conforme os objetivos decididos por todos os integrantes que as integram (RECH, 2000).

### **1.1. Caracterização e breve histórico das experiências pesquisadas**

Neste artigo pretende-se aprofundar aspectos inerentes à organização e sistematização dos processos de trabalho em três cooperativas e uma associação de trabalho<sup>81</sup>. Estas 4 experiências coletivas constituem a Economia Popular

---

<sup>80</sup> Lei Cooperativista, nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, criada durante o regime ditatorial no Brasil.

<sup>81</sup> Cooperativa A, constituída por 23 integrantes, sendo que desses, 4 são homens e 19 são mulheres; Cooperativa B, que é composta por 13 cooperados – 11 mulheres e 2 homens; Cooperativa C, que

Solidária nas zonas urbanas nos municípios do Vale do Rio Pardo. Para apresentar a sistematização e organização dos processos de trabalho nas experiências coletivas pesquisadas, no entanto, primeiramente se faz necessário um relato introdutório destas cooperativas e associação de trabalho, apresentando as suas historicidades e características relacionadas com as origens e os motivos que ocasionaram suas fundações. Outros aspectos que serão abordados referem-se às atuais dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos, bem como as suas principais metas, enquanto empreendimentos coletivos que geram trabalho e renda aos trabalhadores.

### 1.1.1. Introduzindo a Associação D

O primeiro empreendimento a ser apresentado é a Associação D, associação de trabalho existente na zona urbana do município de Rio Pardo. A Associação D foi criada no ano de 2000, mediante a mobilização dos moradores da comunidade do Jardim Boa Vista (periferia de Rio Pardo). Estes moradores, ao se mobilizarem, objetivavam naquele momento – segundo as respostas dos trabalhadores –, eliminar o lixão existente nas margens do Rio Jacuí, localizado nesta mesma comunidade.

Outro motivo que desencadeou o processo de mobilização e de união desses moradores da comunidade do Jardim Boa Vista, foi à possibilidade de criar uma alternativa de geração de trabalho e renda a esses sujeitos, que estavam desempregados ou excluídos do mercado formal de trabalho. Neste sentido, observam-se dois aspectos principais que ocasionaram a fundação dessa associação de trabalho: a possibilidade de criar uma forma de geração de renda aos trabalhadores, por meio de um movimento popular, e a intencionalidade de eliminar o lixão existente no Jardim Boa Vista.

A mobilização dos trabalhadores, possivelmente vai ao encontro do processo de conscientização<sup>82</sup> desses sujeitos. Nesse sentido, percebe-se que com o processo de conscientização e de união dos trabalhadores, esses sujeitos adquiriram força social. Mediante essa força social, os trabalhadores se organizaram para transformar a realidade local.

Com relação ao objeto de trabalho da Associação D, os trabalhadores associados coletam e reciclam os seguintes materiais recicláveis: papelão, lata, alumínio, plástico, jornal e vidro. Estes materiais são comercializados com empresas da região metropolitana de Porto Alegre. Atualmente, a associação aceita o cadastramento de novos sujeitos que almejam se associar. Os sujeitos que se associam às cooperativas e associação devem contribuir com pró-labore, um valor normalmente simbólico (ou seja, não muito elevado) que é agregado ao capital social dos empreendimentos populares. “[...] as cooperativas estão sendo vistas como uma alternativa de trabalho mais viável na época de crise em que vivemos. Isto porque o ingresso nelas se faz por subscrição de cotas, cujo valor costuma ser pequeno, em média não ultrapassando um salário mínimo” (GONH, 2003, p. 15). Os novos trabalhadores cadastrados, porém, devem permanecer na reserva, até o surgimento de novas vagas. Isso decorre, segundo os associados, do fato da associação estar sofrendo forte concorrência de atravessadores.

Com a existência dos atravessadores, os materiais coletados e comercializados não são suficientes para proporcionar a geração de renda a

---

possui 27 cooperados, todas mulheres; e, a Associação D, que possui como associados 12 mulheres e 3 homens, totalizando 15 integrantes.

<sup>82</sup> Conscientização é organização, pois supõe tomada de atitude que implica a compreensão da força social da população quando articulada e organizada. Por sua vez, organização é conscientização, pois a população projeta, avalia e confronta sua força social com a dinâmica da realidade social. As novas atitudes tomadas, as novas alianças que vão garantindo, reforçando e ampliando a força social são, ao mesmo tempo, conscientização e organização (SOUZA, 2004, p. 93).

novos associados, que desejam integrar a associação. Com base nesta informação, constata-se uma contradição neste empreendimento coletivo, pois, segundo os Princípios do Cooperativismo, a adesão livre (livre entrada ou saída dos associados) deve integrar as relações estabelecidas nas associações e/ou cooperativas. Mesmo o fato do empreendimento não necessitar/absorver mais trabalhadores – devido à existência de atravessadores –, não anula essa contradição.

Refere-se ainda que o grupo de associados que a integra tem como um de seus objetivos principais, entretanto, a reivindicação da coleta seletiva do lixo à prefeitura municipal. Ou seja, pretende-se solicitar à prefeitura a promoção de uma campanha que incentive a coleta seletiva, com os cidadãos rio-pardenses. Justifica-se essa campanha pelo fato de que a coleta seletiva viabiliza a reciclagem de lixo, bem como possibilita também, aos associados, o recolhimento dos materiais (já separados), em frente às residências e prédios dos cidadãos. Esta reivindicação da coleta seletiva com a prefeitura evitaria que estes materiais recicláveis fossem repassados aos atravessadores. Percebe-se, assim, que, mesmo ocorrendo à contradição – relacionada com a restrição de novos trabalhadores (reserva) –, os associados possuem consciência acerca dessa realidade e pretendem transformá-la.

### **1.1.2. Apresentando Cooperativa B**

O segundo grupo pesquisado neste estudo foi a Cooperativa B, localizada no município de Santa Cruz do Sul. Essa cooperativa foi fundada em 24 de maio de 1999, pelos moradores do Bairro Santuário, ou seja, novamente pela mobilização da própria comunidade. A iniciativa de formar uma cooperativa surgiu dos moradores pelo seguinte fato: no Bairro Santuário não existia nenhuma creche e/ou escola infantil, isso dificultava a inserção das mulheres – da referida comunidade –, no mercado de trabalho. Os moradores precisavam de um local que propiciasse o cuidado e a educação das crianças (filhos) para poderem ingressar no mercado.

Em vez de a comunidade solicitar uma escola municipal (creche) para inserir as crianças da comunidade, conforme a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (Coletânea de Leis, 2000), os moradores do bairro que se reuniram para fazer a solicitação, sugeriram à prefeitura que os apoiasse para a fundação de uma creche em forma de cooperativa, em que os próprios moradores seriam os cooperados. Com este objetivo, o grupo de moradores se organizou e solicitou o auxílio da prefeitura, com a intencionalidade de implantar uma creche em forma de cooperativa.

Outro aspecto fundamental a ser ressaltado refere-se ao fato de que os sujeitos que fundaram a Cooperativa B estavam necessitando de uma alternativa para gerar suas respectivas rendas, pois estavam desempregados e/ou em precárias condições de trabalho (Singer, 2000). Mesmo sendo do poder público municipal a implantação de creche nas comunidades (escola infantil), esta se constitui atualmente na única cooperativa existente na zona urbana do município de Santa Cruz do Sul.

De acordo com a análise dos dados coletados, referente ao aspecto econômico, a Cooperativa B, vem estabelecendo uma relação de dependência com a prefeitura, afastando-se, assim, dos princípios que norteiam e constituem o Cooperativismo. Esta dependência pode ser constatada pelo fato de que, neste empreendimento, os “salários” dos cooperados são pagos pela prefeitura, aspecto esse que descaracteriza o empreendimento enquanto cooperativa. Isso significa que, atualmente, a cooperativa não é auto-sustentável e, na medida em que passa a contar mensalmente com o auxílio da prefeitura, os integrantes desta

experiência não se mobilizam para procurar alternativas que visem romper com esse vínculo de dependência vigente.

Apesar de gerar trabalho e renda aos seus cooperados e de facilitar a inserção dos moradores do Bairro Santuário no mercado de trabalho, esta cooperativa “desresponsabiliza” o município (Estado) de suas obrigações com a sociedade civil. Essa realidade vai ao encontro do referencial teórico neoliberal, que está sendo implementado com as políticas sociais públicas, desde as últimas décadas do século XX. Com a implementação do neoliberalismo nas políticas sociais públicas, a sociedade civil passa a ser responsabilizada por questões que eram tidas como dever do Estado e direito do cidadão.

Outra contradição constatada na Cooperativa B é que, durante a realização das entrevistas, os trabalhadores referem à cooperativa como sendo uma “creche”<sup>83</sup>. Estas outras atividades desenvolvidas pela Cooperativa B, com crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos, podem descaracterizar esta experiência coletiva enquanto creche (escola infantil). Possivelmente a Cooperativa B também está sendo utilizada como uma substituição de políticas públicas que tenham como demandas as crianças e adolescentes e suas respectivas famílias. Entre estas políticas pode-se referir o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

Outro aspecto relacionado à Cooperativa B contraditório em relação aos princípios norteadores do cooperativismo, é que, atualmente, a cooperativa só aceita voluntários para auxiliar no trabalho. Segundo os cooperados, isto decorre do fato de que a creche está com o quadro de cooperados completo, não possibilitando a inserção de novos trabalhadores na cooperativa. Os trabalhadores da Cooperativa B, entretanto, não possuem clareza e conscientização acerca dessa contradição relacionada aos Princípios do Cooperativismo.

A publicização<sup>84</sup> dos serviços públicos, assim como a privatização, são orientações da política econômica e social neoliberal que vem sendo implementada nas políticas sociais. “A ‘publicização’, na linguagem governamental, consiste na descentralização, para o setor público não estatal, da execução de serviços que não envolvam o poder de Estado, mas devam ser por ele subsidiados, como a educação [...]” (IAMAMOTO, 2000, p. 121). Nessa direção, percebe-se que, mesmo que fosse realizado um trabalho de assessoria aos trabalhadores que lhes proporcionasse conscientização dessa realidade e, mesmo que os cooperados rompessem com essa dependência financeira obtendo suas respectivas rendas geradas pelos cuidados das crianças e adolescentes, a Cooperativa B continuaria sendo considerada uma terceirização e/ou transferência das responsabilidades do Estado à sociedade civil.

---

<sup>83</sup> A creche, entretanto, além de ser obrigação do poder público municipal (Estado), atende crianças até 6 anos de idade, ou seja, até se inserirem no Ensino Fundamental. Observa-se, então, que a Cooperativa B, além de desenvolver atividades que são de responsabilidade de uma creche, também desenvolvem atividades complementares às da escola. As crianças e adolescente, entre 7 a 14 anos, no turno inverso ao da escola, freqüentam a cooperativa. Para estas crianças e adolescentes, a COOESTAL desenvolve atividades de recreação, bem como também, o cuidado dessas crianças e adolescentes – que facilita a inserção dos pais no mercado de trabalho.

<sup>84</sup> “[...] setores de utilidade pública, onde incluem-se saúde, educação e previdência [...] prevalecendo o trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização, aqui compreendida como um mero repasse de responsabilidades para entes da federação ou para instituições provadas e novas modalidades jurídico-institucionais [...] que configuram o setor público não-estatal, componente fundamental do Programa de Publicização” (BEHRING, 2003, p. 248-249).

### **1.1.3. Caracterizando a Cooperativa A**

A terceira experiência pesquisada é a Cooperativa A, localizada no Município de Encruzilhada do Sul. Essa cooperativa surgiu de um projeto do governo do Estado do Rio Grande do Sul, durante a gestão de Olívio Dutra (1998 a 2002), que assessorava e incentivava o Cooperativismo no Estado.

Os sujeitos que fundaram a Cooperativa A estavam desempregados. Estes trabalhadores ouviram no rádio um comunicado referente à organização de sujeitos para formar uma cooperativa de coleta e seleção de lixo por meio de um projeto financiado pelo governo do Estado. A atual presidente da Cooperativa A foi quem colocou esse anúncio numa emissora do município chamando trabalhadores que desejassem vir a trabalhar numa cooperativa que tivesse como matéria-prima a coleta e seleção de lixo. Este comunicado também frisava que os sujeitos interessados deveriam fazer uma inscrição para ingressar no projeto. Nesse sentido, no ano de 2000, os trabalhadores se inscreveram para formar uma cooperativa de trabalho.

Mediante este projeto do governo do Estado, os participantes receberam treinamento e auxílio financeiro durante o período de seis meses. Tanto o auxílio financeiro como a qualificação tinha como finalidade proporcionar a organização dos trabalhadores para que os mesmos constituíssem uma cooperativa. No término desse período de seis meses, os trabalhadores fundaram a cooperativa de trabalho objetivando gerar trabalho e renda.

Esta cooperativa foi criada em dois bairros distantes dentro da cidade com o objetivo de facilitar a coleta de material reciclável em todo o perímetro urbano. Novamente pode-se referir a importância de políticas públicas e de profissionais para assessorarem essas experiências. A implantação da cooperativa em dois bairros distanciados da cidade, possivelmente demonstra um processo de planejamento que facilita a viabilidade desses empreendimentos coletivos.

A Cooperativa A coleta e comercializa os seguintes materiais recicláveis: papelão, lata, alumínio, plástico, jornal e vidro. A comercialização também é realizada com empresas da região metropolitana de Porto Alegre, assim como a Associação D. Atualmente, a experiência está sofrendo concorrência de atravessadores do município, fato que vem prejudicando o trabalho na cooperativa, pois diminui a quantidade de materiais coletados e, conseqüentemente, a renda dos cooperados.

A Cooperativa A possui como objetivo o aumento de sua geração de renda. Constata-se, assim, uma diferenciação entre a Cooperativa A e a Associação D, pois na Cooperativa A os trabalhadores emitiram nas suas respostas a intencionalidade de eliminar o lixo, juntamente com o objetivo de gerar trabalho e renda. É importante que se refira que este empreendimento coletivo foi criado por meio de um projeto do Estado, enquanto que a Associação D constitui-se numa iniciativa dos próprios trabalhadores com intuito de eliminar o lixo que existia na comunidade que residiam (residem) os fundadores da associação.

### **1.1.4. Delineando a Cooperativa C**

Por fim, o último grupo a ser apresentado nessa pesquisa é a Cooperativa C, que se localiza no município de Sinimbu. Esta cooperativa foi fundada no ano de 1998 e teve sua origem diretamente relacionada com a falência de uma empresa calçadista deste município. No ano de 1998, após a falência da empresa,



o prefeito de Sinimbu convocou os trabalhadores que estavam desempregados para participarem de uma reunião<sup>85</sup>.

Nesta referida reunião, o prefeito propôs aos trabalhadores (em torno de 30 sujeitos) para que os mesmos fundassem uma cooperativa de costura, com o apoio da prefeitura, objetivando as suas gerações de renda. Após a reunião, os trabalhadores se uniram e se mobilizaram para criar a cooperativa. Assim, constata-se que essa cooperativa de trabalho é oriunda da falência de uma empresa em que os trabalhadores vendiam as suas forças de trabalho em troca de salários.

Naquele período de reuniões, uma empresa de confecção de roupas de um município próximo a Sinimbu (Santa Cruz do Sul), se disponibilizou a fornecer maquinários e cursos de costura para qualificar os trabalhadores. Como os sujeitos precisavam de maquinários e não tinham recursos financeiros para adquiri-los, aceitaram a oferta da empresa. Com a instalação dos maquinários num prédio que é alugado pela prefeitura e cedido à cooperativa e, após o término do treinamento oferecido pela empresa, os trabalhadores fundaram a Cooperativa C.

Atualmente, essa cooperativa produz e comercializa os seguintes produtos: calças jeans, bermudas, saias, camisas, entre outros. Essas mercadorias são comercializadas com a empresa que fornece os maquinários à cooperativa. Quando os trabalhadores confeccionam mais produtos do que demanda a empresa que cede os maquinários, estas confecções são comercializadas com empresas (ou lojas) menores do município de Sinimbu.

Com base em informações obtidas na coleta de dados realizada por meio de entrevistas, constata-se que ao mesmo tempo em que a empresa cede maquinários facilita a produtividade na Cooperativa C, pois a cooperativa não possui condições de adquirir os meios de produção necessários à produtividade. Por outro lado, cria uma dependência e subalternidade do empreendimento coletivo aos interesses desta mesma empresa. A contradição que envolve a dependência nos processos de produção desencadeia a falta de autonomia e de viabilidade econômica dessa cooperativa.

Outro fator preocupante em relação à Cooperativa C é que, atualmente, a cooperativa sofre concorrência de outra confecção do município de Sinimbu e alguns dos próprios cooperados preferem ingressar na outra confecção. Esses trabalhadores preferem trabalhar no outro empreendimento, pois na outra confecção, os sujeitos, ao ingressarem, teriam a carteira assinada e assegurariam os demais direitos trabalhistas. Já na cooperativa, os trabalhadores contribuem para a previdência social como autônomos.

Mesmo com a relação de dependência estabelecida entre a cooperativa e a empresa (devido aos maquinários utilizados para confecção), observando-se outros elementos, porém, podem ser referidas características que aproximam este empreendimento dos Princípios do Cooperativismo e diferenciam a Cooperativa C da Cooperativa A. Como: o fato dos trabalhadores permanecerem na cooperativa mesmo quando ocorre a possibilidade de trabalhar em outro empreendimento (com carteira assinada), o processo de participação dos cooperados nas decisões da Cooperativa C e a conscientização dos trabalhadores em relação a sua dependência estabelecida com a empresa.

---

<sup>85</sup> Refere-se que as pesquisadoras ao iniciarem a pesquisa com este empreendimento coletivo, não tinham conhecimento de que esta cooperativa não funcionava de acordo com os princípios do cooperativismo. Com a realização da pesquisa percebeu-se que esta experiência não pode ser considerada uma experiência coletiva de geração de trabalho e renda com base na solidariedade e autogestão. Esta realidade só acentua a relevância do trabalho, na medida em que esta cooperativa não consiste enquanto uma experiência de Economia Popular Solidária, mas sim como uma cooperativa funcional aos interesses públicos e do sistema capitalista.



Foto: Rita Barreto

Apesar destes elementos referidos na Cooperativa C, observando, então, esta experiência por outro aspecto, não se pode deixar de apontar que possivelmente a Cooperativa C está sendo utilizada pela empresa que subsidia os maquinários como uma forma de terceirização do trabalho que anteriormente era realizado na própria empresa de Santa Cruz do Sul. Nesse

sentido, pode-se referir que a Cooperativa C, na forma que está sendo realizado, ser considerada uma forma de terceirização da empresa de confecção de roupas *Jeans*.

## **1.2. Analogias e contradições existentes entre as experiências pesquisadas**

Pode-se perceber com o referido histórico das quatro experiências pesquisadas aspectos semelhantes e de grande relevância. Primeiramente, é o fato de que estas cooperativas e a associação foram fundadas objetivando a geração de trabalho e renda desses trabalhadores tendo-se dois empreendimentos originados pela mobilização dos trabalhadores, um empreendimento pela organização da prefeitura que mobilizou os trabalhadores e um empreendimento por intermédio de um projeto do governo do Estado do Rio Grande do Sul. Neste sentido, ressalta-se a importância do aspecto econômico na fundação destes empreendimentos.

Devido aos novos processos de produção decorrentes da reestruturação do capital e da readequação dos países latino-americanos as políticas neoliberais e ao capital estrangeiro, cria-se uma massa de trabalhadores que não estão mais conseguindo se inserir no mercado formal de trabalho. No sistema capitalista é considerado cidadão o sujeito que está atuante na reprodução da vida material, ou seja, que vende sua força de trabalho em troca de um salário. Para alguns desses sujeitos, não há mais espaço de inserção no mercado formal de trabalho. Estas experiências coletivas e populares são criadas, num primeiro momento, então, como uma das possibilidades de gerar trabalho e renda aos sujeitos diante das manifestações da questão social.

O segundo aspecto preponderante nessas experiências é o incentivo do poder público, seja municipal ou estadual, na criação e/ou manutenção dessas cooperativas e/ou associações de trabalho. Os próprios integrantes das cooperativas e associação referem nas suas falas a importância do auxílio público, seja por meio de cursos de capacitação, seja mediante o incentivo público municipal para a realização da coleta seletiva pelos cidadãos. Além disso, a separação de lixo seco e orgânico, seja mediante o auxílio financeiro para aquisição de maquinários ou compra de locais para o estabelecimento dos empreendimentos. Assim, constata-se a importância do Estado para criação e viabilidade dessas experiências de geração de trabalho e renda.

Ocorre, entretanto, que, em alguns casos, é estabelecida uma relação de dependência a órgãos governamentais, como por exemplo, na Cooperativa A. A proposta de subsídios financeiros e de recursos humanos às cooperativas e associações não devem criar uma relação de dependência desses

empreendimentos ao governo, mas objetivar que o governo seja um facilitador e promovedor do fortalecimento e viabilidade dessas experiências.

O terceiro elemento que se destaca em relação a essas experiências cooperativistas e associativista referem-se ao fato de que a grande maioria dos trabalhadores desses empreendimentos é constituída por mulheres. Consta-se que, ao contrário das experiências cooperativistas e associativista existentes na região do Vale do Rio Pardo, nas primeiras décadas do século XX, nas quais não era permitida a inserção das mulheres nos empreendimentos, dos 78 trabalhadores inseridos nessas quatro experiências pesquisadas, 69 são mulheres. Isto demonstra que 88,46% desses sujeitos correspondem ao sexo feminino, e, somente 11,54% ao masculino.

### **1.2.1. Experiências coletivas enquanto alternativas de geração de trabalho e renda**

As dificuldades que estão sobrepostas aos empreendimentos de Economia Popular Solidária referem-se à inclusão de um segmento social, historicamente excluído do mundo do trabalho. Esta exclusão é manifestada pela falta de atividades laborativas e postos de trabalho aos sujeitos, que lhes proporcionem a inserção no mercado formal.

Com a III Revolução Industrial, com a readequação do capital financeiro na América Latina, com a globalização, privatizações de estatais, acirramento do desemprego, entre outros, os empreendimentos compreendidos de Economia Popular Solidária, como por exemplo, as cooperativas e associações apresentadas, vêm se configurando como uma das alternativas existentes aos trabalhadores, que estão à margem do mercado de trabalho, para gerar renda. Torna-se inegável o fato destes empreendimentos na atualidade se constituírem como geradores de renda, entretanto, os mesmos para serem considerados experiências de Economia Popular Solidária não podem se distanciar dos princípios que fundamentam as cooperativas e associações, como por exemplo, ajuda-mutua, solidariedade, autonomia, autogestão, entre outros.

No que se referem aos quatros empreendimentos pesquisados, constata-se que todos foram criados com o intuito de gerar trabalho e renda aos sujeitos. Por outro lado, constataram-se também divergências em relação aos princípios norteadores da Economia Popular Solidária em que a solidariedade e a democracia se fazem presentes.

### **1.2.2. Dependência das experiências analisadas aos órgãos públicos**

Nas cooperativas e associações pressupõem-se outra lógica de funcionamento que se diferencia da relação de empregador X empregado ou capital X trabalho, baseando-se na solidariedade e ajuda mútua entre os trabalhadores. Mediante os dados obtidos pela pesquisa realizada, constatou-se que, no que se refere à contribuição à Previdência Social, dos 31 trabalhadores entrevistados (envolvendo as 4 experiências coletivas), 61,29% são contribuintes e 38,71% não são contribuintes. Desses 61,29% dos sujeitos que contribuem à Previdência Social, todos o fazem como autônomos.

Percebe-se que os trabalhadores que se inserem na outra empresa (por terem a carteira assinada), ao mesmo tempo em que procuram uma melhor qualidade de vida, alicerçada na renda fixa, não compartilham da proposta e/ou Princípios do Cooperativismo. Os Princípios do Cooperativismo pressupõem a autonomia dos trabalhadores e a não dependência dos sujeitos em relação aos empreendimentos.

A autonomia, nestas experiências, pode estar relacionada com a liberdade que os trabalhadores possuem de escolherem participar da experiência coletiva. Ou seja, não é o fato de existir a possibilidade de trabalhar numa empresa com carteira assinada que irá fazer com que os mesmos se retirem da cooperativa, pois, segundo as respostas dos cooperados entrevistados, os mesmos enfatizam como aspecto positivo, o fato de poderem elaborar as suas próprias regras dos seus processos de trabalho e participarem das decisões da cooperativa.

Tendo-se como base essa realidade, por meio deste estudo, pode-se propor como sugestão, que seja criado na Previdência – Seguridade Social -, uma nova categoria que agregue essas cooperativas e associações de trabalho, diferenciando-as da categoria de autônomo. Torna-se relevante esta sugestão devido ao desemprego estrutural, a precarização das condições de trabalho e a flexibilização das relações trabalhistas desencadeadas pela III Revolução Industrial e pela implementação do referencial teórico neoliberal nas políticas sociais públicas. Por meio desta nova configuração no mundo do trabalho, criou-se um déficit público que é representado pela crise do Estado (BEHRING, 2003).

Outra sugestão refere-se ao valor de contribuição dessa possível categoria a ser criada que abrangeria os trabalhadores dos empreendimentos coletivos. Nesta nova categoria, o valor de contribuição à Previdência poderia ser inferior a 20% do salário mínimo. Esta sugestão de redução do valor de contribuição é condizente com a realidade destes trabalhadores, pois, comumente, os rendimentos mensais obtidos por esses sujeitos não são muito elevados.

Essa redução do valor de contribuição destes cooperados e associados à Previdência Social, possivelmente absorveria até os 38,71% dos trabalhadores entrevistados nesta pesquisa que não são contribuintes, bem como os demais sujeitos destes empreendimentos. Propõem-se esta categoria diferenciada daria maior visibilidade aos processos de trabalho e às experiências coletivas das quais estes sujeitos participam promovendo e divulgando assim o Cooperativismo.

De acordo com os cooperados, a Cooperativa C possui também como objetivo adquirir seus próprios maquinários. Pretendem adquirir as máquinas de confecção, pois os trabalhadores desta cooperativa possuem consciência da sua dependência em relação à empresa que subsidia as máquinas.

Refere-se ainda o fato do incentivo do Poder Público por meio de financiamento, assessorias, ser de extrema importância para o funcionamento das cooperativas. Entretanto, esta assessoria deveria ser desenvolvida por meio de um processo de monitoramento constante, bem como de avaliação, para saber os limites de contribuição que os assessores e órgãos governamentais podem fornecer. Para isto, requerem-se ainda profissionais qualificados para o desenvolvimento destas atividades que o próprio governo deverá subsidiar e incentivar este aprimoramento profissional no que se refere a Economia Popular Solidária, seu monitoramento e avaliação.

### **1.2.3. A desigualdade de gênero nas experiências pesquisadas**

O terceiro elemento que se destaca nesta pesquisa vai ao encontro da realidade das mulheres no mercado formal de trabalho, ou seja, se a maioria dos trabalhadores pesquisados é do sexo feminino. Este fato possivelmente representa o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho, que vem sendo acentuado desde a segunda metade do século XX – inclusive nesta região.

Esta realidade vai ao encontro das informações contidas no Mapeamento da Economia Solidária realizado em 2005, pela Secretaria Nacional de Economia Solidária no Brasil. Ao examinarmos a composição do quadro social dos empreendimentos brasileiros verifica-se que quanto menor o seu tamanho maior

é a participação relativa das mulheres. As mulheres predominam largamente nos empreendimentos compostos por menos de 10 sujeitos, em torno de 63% (Atlas da Economia Solidaria no Brasil, 2006).

“A presença das mulheres na força de trabalho na América Latina vem aumentando de forma consistente e significativa nas últimas décadas. Entre 1960 e 1990, o número de mulheres economicamente ativas mais que triplicou, aumentando de 18 milhões para 57 milhões [...]” (ABRAMO, 2002, p. 111). Outra possibilidade, que pode estar associada ao aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho, é o fato de que as mulheres são mais excluídas do mercado formal de trabalho, equiparadas aos homens. Realidade que vai ao encontro das metrópoles brasileiras. O trabalho feminino é histórica e comumente mais precário do que o masculino, pois as desigualdades de gênero permanecem nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, mesmo com o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Outra característica fundamental no que se refere ao trabalho feminino é que as mulheres se depararam com a falta de postos de trabalho – assim como os homens –, ou pela manutenção do modelo familiar patriarcal ou pela maternidade, estes são elementos que muitas vezes dificultam a manutenção do trabalho feminino no mercado (BRUSCHINI, 2000). Nessa direção, as mulheres possuem outras responsabilidades, sejam em relação ao cuidado dos filhos ou pela dupla jornada de trabalho (serviço doméstico juntamente realizado com o do mercado de trabalho). Esses elementos não são condizentes com a finalidade do sistema capitalista – acumulação e centralização de capital –, que requer máxima dedicação do trabalhador às atividades laborais que desenvolve.

Com base nesta realidade torna-se “notório e indiscutível a seleção de pessoal, com vistas ao provimento de cada um dos postos da hierarquia fabril, que tem no gênero um dos principais componentes na formação dos perfis desenhados para cada cargo ou posto” (FONSECA, 2000, p. 93). Assim, observa-se que a desigualdade de gênero persistente ainda é acirrada no mercado de trabalho. “[...] a intensa afluência das mulheres ao mercado de trabalho não foi acompanhada por uma diminuição significativa das desigualdades profissionais entre os homens e as mulheres [...] incluindo as salariais” (ABRAMO, 2002, p. 113).

Segundo o relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil constata-se que “[...] as mulheres representam 48% da força de trabalho do setor terciário e apenas cerca de 20% nos casos da agricultura e da indústria” (PNUD, IPEA, 1996, p. 33). Com base nestes dados, pode-se explicar que, como existe uma grande inserção das mulheres no setor terciário, refere-se que estas desenvolvem atividades laborais principalmente na zona urbana, por meio do setor de serviços.

Pode-se referir também que, para a inserção da mulher no mercado formal de trabalho, faz-se necessário um nível de qualificação, que comumente é superior ao masculino, devido à desigualdade de gênero nas relações de (re) produção social e econômica. Outro fato relevante é referente a existência de algumas profissões que são predominantemente femininas, como é o caso da costura (94%), do magistério no Ensino Fundamental (90%), na secretaria (89%), na recepção (81%) (PNUD; IPEA, 1996). Essas informações proporcionam visibilidade para compreender a realidade de que 100% dos sujeitos que estão inseridos na Cooperativa B, que possui como objeto de trabalho a confecção de roupas *jeans*, são constituídos por mulheres.

Na atualidade, não necessariamente se caracteriza mais o homem como “chefe de família”, pois as mulheres estão desempenhando com maior frequência esse papel. Esta realidade pode ir ao encontro dos dados obtidos por meio desta pesquisa, em que se constatou que 88,46% dos trabalhadores dos empreendimentos analisados são constituídos por mulheres. Nessa direção, existem possibilidades de que estas mulheres estejam desempenhando o papel

de provedoras do lar e/ou da família. Ou seja, possivelmente está se acentuando a quantidade de mulheres que estão buscando alternativas para gerar e propiciar renda aos seus lares e/ou familiares.

Esta realidade, entretanto, não é linear, pois a busca das mulheres pela autonomia e emancipação no mercado de trabalho, juntamente com a geração de renda, ainda não está consolidada, pelo menos não de uma forma igualitária em relação aos homens. As mulheres comumente obtêm salários ou rendimentos inferiores aos dos homens. Nesse sentido, mesmo que a inserção das mulheres nos empreendimentos coletivos pesquisados tenha ocorrido devido à exclusão do mercado formal de trabalho<sup>86</sup>, o trabalho feminino desenvolvido nestas experiências coletivas representa um papel muito significativo, pois este trabalho pode ser relacionado e referido como uma forma de resistência das mulheres às manifestações da questão social, entre elas, a desigualdade econômica, social, cultural, política e de gênero.

Estas experiências coletivas também podem ser tidas como espaços potencializadores do trabalho feminino, visando a emancipação, autonomia e a cidadania destas mulheres. As cooperativas e/ou associações, pode-se referir que se constituem em espaços de expressão política e social, nos processos sociais, na gestão, participação, decisões e demais atividades laborais que envolvem as atividades de trabalho. Para continuar apresentando as experiências coletivas, no próximo subitem serão introduzidas as informações referentes aos processos de trabalho desenvolvidos nestas experiências coletivas de geração de trabalho e renda.

## **2. Apresentação dos Processos de Trabalho desenvolvidos na Associação e nas Cooperativas Pesquisadas no Vale do Rio Pardo no Rio Grande do Sul**

Os processos de trabalho realizado nas três cooperativas e na associação pesquisadas nas áreas urbanas do Vale do Rio Pardo são caracterizados pela prestação e/ou terceirização de serviços. Entende-se por processo de trabalho o desenvolvimento das atividades que envolvem a efetivação ou produção de algo, partindo de uma intencionalidade para chegar numa finalidade, que por sua vez, constitui o produto final ou serviço prestado. Nesta segunda etapa do artigo, serão introduzidos os elementos constituintes dos processos de trabalho desenvolvidos nas experiências pesquisadas, como por exemplo, o objeto de trabalho, meios utilizados para a realização do serviço, a sistematização das atividades desenvolvidas, entre outros.

### **2.1. Caracterização dos processos de trabalho desenvolvidos nas experiências coletivas**

Cada experiência, entretanto, possui um objeto de trabalho diferenciado nas atividades que desenvolvem, com exceção da associação D e da cooperativa A. A associação D e a cooperativa A são empreendimentos coletivos que possuem o mesmo tipo de objeto de trabalho, a coleta e a seleção de lixo (material reciclável); a cooperativa C trabalha mais especificamente com a confecção de roupas - *jeans*; e a cooperativa B se dedica ao olhimento e cuidado de crianças e adolescentes mediante a constituição de uma creche.

O trabalho que vem sendo realizado em coletivo por esses trabalhadores possui um valor de uso à sociedade, seja por meio da coleta de material

---

<sup>86</sup> Verificou-se que quase 3/4 dos trabalhadores inseridos nestas experiências já obtiveram outras experiências profissionais.

reciclável, seja pelo cuidado de crianças, ou pela produção de confecções (vestuário). “O processo de trabalho tem por finalidade a criação de valores-de-uso para o atendimento das necessidades humanas” (PRATES, 2003, p. 104). Ao mesmo tempo em que os processos de trabalho efetivados por esses cooperados e associados, ao desenvolverem as matérias-primas, possuem um valor de uso à sociedade. Também pode-se referir que esse trabalho desenvolvido possui um valor de troca, pelo qual a matéria-prima é comercializada, gerando assim, a renda desses trabalhadores.

Já os meios de trabalho utilizados pelas cooperativas e pela associação, além do prédio onde se localizam os empreendimentos, são: na associação D e na cooperativa A os trabalhadores fazem uso de máquinas para triturar e empacotar os materiais coletados, bem como de carrocinhas para o recolhimento de material; na cooperativa C os meios e instrumentos utilizados são as máquinas de confecção que são cedidas por uma empresa; e por último, na cooperativa B, os meios de produção são constituídos pelos computadores existentes no escritório, por um veículo utilizado para locomover os trabalhadores e as crianças e por móveis e utensílios utilizados para o funcionamento da creche e do escritório.

Referente à efetivação das atividades desenvolvidas por esses coletivos de trabalhadores, pode-se explicar que é realizada, basicamente, tendo como caracterização o rodízio das tarefas – polivalência. Segundo as falas dos próprios associados e cooperados, a organização dos processos de trabalho, baseada no rodízio das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, ocorre pelos seguintes elementos motivadores: “Porque um ajuda o outro” (PAULA, associação D); “Porque quando falta alguém, ou quando há necessidade, outro substitui” (FERNANDA, cooperativa A); “Quando um de nós não pode coletar material na rua, outro vai no seu lugar” (JOÃO, cooperativa A); “Porque a gente cansa de sempre fazer a mesma atividade, então preferimos nos revezar” (SAMANTA, associação D); “Porque temos que ter amizade entre a gente” (JOANA, cooperativa C).

Com base nestas informações percebe-se que, ao contrário dos processos de trabalho desenvolvidos pelos protótipos de produção Tayloristas/Fordistas e semelhantemente aos processos produtivos originados pela acumulação flexível (reestruturação produtiva) nas cooperativas e na associação pesquisadas, os trabalhadores realizam as atividades com maior flexibilidade e rotatividade nas funções que desenvolvem. O que diferencia, no entanto, a polivalência e a flexibilidade nas atividades realizadas pelos trabalhadores, nesses empreendimentos coletivos, comparados com as demais empresas existentes no mercado, são as causas originárias desses revezamentos. Enquanto que nas empresas privadas os trabalhadores devem exercer várias funções (polivalência), com objetivo de enxugar os custos de produção e aumentar a acumulação de capital, nas cooperativas e na associação o rodízio dos trabalhadores diante das tarefas desenvolvidas nos processos de trabalho é desencadeado pelos seguintes motivos: “Com o intuito de um ajudar o outro” (FERNANDA, associação D); “Porque a gente se combina entre si” (ALEXANDRA, cooperativa A); “Por que a gente cansa de fazer a mesma coisa e, então, nos combinamos entre nós” (ALEX, associação D); “Quando algum colega pede” (VANESA, cooperativa C); “A gente combina entre a gente” (JOÃO, cooperativa A); “Quando um não pode o outro ajuda” (ESTEFANI, cooperativa C).

Neste sentido, constata-se pelas respostas dos sujeitos entrevistados, que existem como elementos motivadores ao rodízio das atividades desenvolvidas, o desgaste de exercer sempre a mesma atividade laboral e a existência de solidariedade nos processos de produção. Em relação ao desgaste de desempenhar sempre a mesma função, pode-se referir que, como os trabalhadores não realizam somente uma atividade produtiva, o trabalho desses sujeitos, possivelmente, não passa a ser visto como cansativo, monótono ou

penoso. Outro aspecto relevante em relação à não exclusividade de realização de apenas uma tarefa laboral por esses sujeitos nos processos de trabalho, refere-se ao fato de que, possivelmente, os trabalhadores não sejam alienados, mesmo que ainda de modo incipiente. Isso significa que os trabalhadores, ao desempenharem várias atividades dentro das cooperativas e/ou associação, passam a ter clareza sobre as várias etapas que envolvem o funcionamento dos processos de trabalho, se identificando e re-significando, então, possivelmente, as atividades que desempenham.

No que se refere à existência de solidariedade nas alternâncias das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, percebe-se, segundo suas respostas, que essas experiências valorizam os sujeitos e o trabalho desenvolvido por eles. Nesse sentido, percebe-se que esses empreendimentos solidários são contribuintes ao processo emancipatório dos trabalhadores, no que se refere à organização, sistematização e relações nos processos de trabalho, pois a solidariedade que é referida neste estudo não corresponde ao humanismo cristão, mas ao processo de conscientização do coletivo em relação à humanização nas relações e desenvolvimento dos processos de trabalho. Verifica-se que esses empreendimentos populares e solidários contribuem para uma lógica diferenciada em relação ao sistema capitalista, pois a solidariedade e a alternância das tarefas se fazem presente, mesmo com a inserção desses empreendimentos coletivos no sistema capitalista. É pela união nos processos de trabalho de seus integrantes, que esse tipo de economia (solidária) vem gerando renda e, de modo ainda inicial, uma conseqüente melhoria de vida aos seus participantes (TIRIBA, 2000).

No que se refere ainda à solidariedade nos processos de trabalho, outro indicativo a que se remete é o adoecimento dos trabalhadores. Quando os trabalhadores adoecem continuam recebendo rendimentos das experiências em que estão associados. Recebem a renda, quase nas mesmas condições, como se estivessem trabalhando com os demais colegas, até o momento em que passam a serem amparados pela Previdência Social. A única experiência pesquisada que desconta dos cooperados (segundo as informações obtidas pelas entrevistas realizadas com os sujeitos) quando os trabalhadores faltam ao trabalho, mesmo em caso de adoecimento, é a cooperativa B. Verifica-se, assim, que na cooperativa B as relações entre os trabalhadores são marcadas pela mesma lógica existente no sistema capitalista, em que pesa a individualidade e a competitividade se faz presente - e não a cooperação e ajuda mútua entre os cooperados e associados.

Referente à quantidade de horas destinadas às atividades realizadas nos processos de trabalho, tanto na cooperativa C como na cooperativa B, os sujeitos trabalham em torno de 8 horas diárias, de segunda a sexta-feira nas cooperativas. Segundo as informações obtidas dos trabalhadores das demais experiências coletivas, da associação D e da cooperativa A, normalmente esses sujeitos trabalham mais de 8 horas diárias. Na associação D, o trabalho também é realizado de segunda a sexta-feira. Já na cooperativa A, é realizado entre segunda-feira e sábados (totalizando seis dias por semana). Esses dois empreendimentos, em que os cooperados e/ou associados trabalham mais de 8 horas diariamente, a cooperativa A e a associação D, possuem como analogia os seus objetos de trabalho: a coleta de material reciclável.

Enquanto que em dois empreendimentos, os sujeitos trabalham 8 horas diárias (cooperativa B e C), nos outros dois que possuem como matéria-prima a coleta de material reciclável (associação D e cooperativa A), ou seja, 50% dos empreendimentos, os trabalhadores trabalham mais de 8 horas diárias para a geração de suas rendas. Essa opção por trabalhar mais do que 8 horas diárias é atitude dos próprios trabalhadores desses empreendimentos (segundo suas respostas), pois preferem trabalhar mais horas, prospectando coletar maior quantidade de material e aumentar, respectivamente, suas rendas. A fala de um dos trabalhadores da cooperativa A é esclarecedora nesse sentido: "eu acho que



os sócios têm o mesmo pensamento, quanto mais a gente trabalha, mais a gente ganha" (JOÃO, cooperativa A). Esse trabalhador explana que, quanto mais os sujeitos trabalham, enquanto coletivo, maior serão suas rendas mensais.

Esses dados proporcionam visibilidade a uma realidade que comumente não é transmitida pelos veículos de comunicação, assim como pelos detentores dos meios de produção, pois essas informações são reveladoras de que se os trabalhadores possuem baixos rendimentos, não é por falta de horas trabalhadas ou de "esforço", visto que na associação D e na cooperativa A os sujeitos trabalham mais de 8 horas diárias. "[...] velhas noções a respeito da causa do pauperismo, que punham acento na predestinação divina, na fraqueza moral dos desvalidos, na inferioridade biológica e cultural das classes dominadas e na naturalização das desigualdades sociais [...]" (PEREIRA, 2002, p. 17), devem ser repensadas, pois as desigualdades são oriundas de determinações históricas e hegemônicas que permeiam a realidade.

Esse é um dos fatores que torna muito difícil a ruptura com o capital, pois esta estrutura está arraigada na realidade. Neste trabalho não se pretende pressupor que a Economia Popular Solidária é o modo de transformar e romper com o capital. Pode-se referir, porém, que a Economia Popular Solidária se constitui numa das alternativas de geração de trabalho e renda, diante das manifestações da questão social. Já os seus processos de trabalho quando efetivados respaldados em elementos como, por exemplo, a solidariedade, a ajuda-mútua e a cooperação entre os trabalhadores, podem se constituir em formas dos sujeitos expressarem sua contestação ao capital e aos seus processos de produção, pois as rupturas na realidade não são lineares, mas permeadas de contradições e conflitos, por intermédio de avanços e retrocessos. Nesse sentido, possivelmente com as contribuições obtidas por meio destas experiências populares e solidárias e outros movimentos sociais, possam ser criados futuramente alguma alternativa viável que realmente transforme ou substitua este modo de produção excludente.

## **2.2. Organização da partilha dos rendimentos obtidos pelas experiências coletivas e o apoio das políticas de geração de trabalho e renda**

Outro elemento importante analisado refere-se à partilha dos rendimentos. Segundo a fala dos trabalhadores, todos recebem o mesmo valor, com exceção das lideranças dos empreendimentos populares e da professora que trabalha na cooperativa B. Novamente, constata-se que na cooperativa B não existe uma relação de igualdade estabelecida entre os trabalhadores, pois a trabalhadora que possui maior escolaridade, também possui a maior rentabilidade. Nos demais empreendimentos populares, todos recebem o mesmo valor por meio do processo de partilha que ocorre normalmente no término do mês. O processo de partilha é realizado após o pagamento das despesas mensais fixas dos empreendimentos coletivos (dívidas, aquisições de novos materiais, manutenções, contas, entre outros). Segundo o artigo 16 e inciso I da lei referente ao Cooperativismo de 1971, deve ser destinada uma reserva legal com o mínimo de 10% das sobras para reparar perdas e prejuízos e atender ao desenvolvimento de suas atividades (NASCIMENTO, 2000).

Para dar maior visibilidade à renda dos trabalhadores, segundo os dados obtidos os empreendimentos coletivos arrecadavam mensalmente e em média os seguintes valores: Constata-se com estas informações que a cooperativa C possuía, em janeiro de 2005, a maior arrecadação financeira mensal, em torno de R\$ 16.000,00; a cooperativa B, a segunda, em torno de R\$ 7.500,00; a cooperativa A, a terceira, em torno de R\$ 4.000,00; e a associação D, a menor arrecadação, em torno de R\$ 1.900,00.

Segundo os dados coletados, também no mês de janeiro de 2005, a renda individual dos trabalhadores correspondia em média aos seguintes valores: Baseando-se nestes dados, constata-se que a cooperativa C e a B são os empreendimentos coletivos que geram maior renda mensal aos trabalhadores, em torno de R\$ 450,00 na cooperativa C e R\$ 500,00 na B. Estes dados vão ao encontro das informações explanadas anteriormente, pois, concomitantemente, são as experiências que mais arrecadam e, conseqüentemente, comercializam os produtos mensalmente. Já os dois empreendimentos que possuem como objeto de trabalho a coleta de material reciclável, são as experiências que possuem uma rentabilidade mensal menor por trabalhador, em média em torno de R\$ 120,00 na associação D e de R\$ 260,00 na cooperativa B. Mesmo com os baixos rendimentos, os trabalhadores quando perguntados sobre suas situações financeiras, todos os sujeitos (100%), responderam que suas rendas melhoraram a partir do momento em que se inseriram nas cooperativas e associação de trabalho. Assim, constata-se que a renda gerada por estes empreendimentos coletivos é significativa aos seus integrantes.

Observa-se, entretanto, que os sujeitos que se inserem nessas experiências coletivas, não adquirem rendimentos elevados por meio de seus trabalhos, mas, possivelmente, com a implementação e efetivação do apoio de políticas públicas, se tornará viável um aumento na geração de renda desses trabalhadores.

As políticas contribuem com cursos de capacitação aos cooperados e/ou associados, com financiamento de projetos das experiências, com acompanhamento e assessoramento desses empreendimentos populares (ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO, 2003). A política pública de Economia Solidária, que ainda está em fase de implantação pelo Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES) com os Estados e municípios, tem como finalidade "o combate efetivo das causas estruturais da pobreza e promover a inclusão e o desenvolvimento social" (ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO, 2003). Essa política pública foi criada pelo governo, mediante a reivindicação dos próprios trabalhadores que atuam nessas experiências coletivas, tendo como intencionalidade combater a pobreza e criar alternativas de geração de renda aos trabalhadores que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho.

Essa política pública também possui como objetivos: contribuir à dignidade dos cidadãos; contribuir para a erradicação da pobreza; contribuir para a promoção, a ampliação das oportunidades e para a melhoria das condições de trabalho e renda; reconhecer e fomentar diversas formas de Economia Popular Solidária; contribuir ao desenvolvimento e sustentabilidade socioeconômicos e ambientais dessas experiências; contribuir para dar visibilidade e legitimar as experiências de Economia Popular Solidária; viabilizar o acesso das experiências de Economia Popular Solidária aos instrumentos de fomentos; promover a intersectorialidade das políticas públicas que possam fomentar a Economia Popular Solidária; fortalecer e incentivar a organização dos diversos atores sociais, priorizando os sujeitos que atuam em experiências de Economia Popular Solidária (ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO, 2003).

Nesse sentido, constata-se a importância de políticas públicas, tanto ao incentivo, como à manutenção e viabilidade das experiências de Economia Popular Solidária, seja pela aquisição de meios de produção, de cursos de capacitação aos trabalhadores ou de financiamento aos empreendimentos.

### **2.3. Processo de gestão e participação dos trabalhadores nas experiências pesquisadas**

Pode-se visibilizar também, outros elementos preponderantes referentes aos processos de trabalho constituintes das experiências de Economia Popular

Solidária, além da organização das atividades e da rentabilidade desses empreendimentos, como o processo de autogestão e de participação dos trabalhadores.

De acordo com a análise realizada mediante os documentos acessados (estatutos, regimentos e reportagens) e com as respostas obtidas pela realização de entrevistas com os trabalhadores (aplicação de formulários), constatou-se, entre outros elementos analisados, que os quatro empreendimentos, 100%, possuem diretoria. Essas diretorias são compostas pelos seguintes cargos: presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, conselho fiscal (integrado por três membros). Somente a cooperativa B possui um cargo a mais na direção, o de coordenação de educação, que é ocupado pela professora. A gestão do grupo de trabalhadores que estão inseridos nas diretorias possui duração de dois anos consecutivos, quando, então, ocorrem novas eleições para a composição de nova diretoria.

Nesse sentido, pode-se referir que nas cooperativas e associações existem outros elementos que, possivelmente, são tão importantes quanto ao aspecto econômico. A Economia Popular Solidária não se constitui apenas numa das alternativas ao desemprego, geradora de trabalho e renda, pois é por meio do aspecto político e “social o pressuposto e o sentido do econômico” (LEBOUTTE, 2003, p 12). Para o desenvolvimento dessas experiências, faz-se necessário um conjunto de princípios, como os de solidariedade, responsabilidade, respeito ao coletivo e a sua diversidade e o comprometimento dos trabalhadores à cooperativa/associação. Esses princípios de solidariedade, auto-ajuda, comprometimento, devem constituir e permear a organização e a realização das atividades desenvolvidas nos processos de trabalho. Percebe-se que, além do aspecto econômico, essas experiências possivelmente contribuem com a formação e conscientização desses sujeitos (TIRIBA, 2000), em que os trabalhadores, além de participarem dos processos de produção, adquirem conscientização e se percebem como sujeitos integrantes das experiências, responsabilizando-se pelas atividades que realizam.

Quando ocorre o processo de comprometimento, participação e envolvimento dos trabalhadores nas atividades produtivas e no processo de gestão, enquanto coletivo, considera-se que essas experiências são autogestionárias. “A autogestão é a expressão máxima de uma gestão participativa, seja em nível socioetário, mais amplo, ou ao nível restrito de uma gestão de uma organização” (PRATES, 2003, p. 119).

Compreende-se por autogestão o empreendimento cuja gestão é exercida democraticamente pelos sujeitos e que se realiza no mercado. Ou seja, “autogestão cooperativa é a gestão da cooperativa pelos próprios associados. É uma forma de democratização das decisões em organizações econômicas simples ou complexas, características que marcam todas as cooperativas” (PINHO, 2004, p. 81).

Com relação ao processo de participação dos trabalhadores na gestão desses empreendimentos, é fundamental que a cooperativa e/ou associação forneça as seguintes condições aos seus associados: que os sujeitos tenham plenas condições de participação; que as sugestões e críticas apresentadas pelos trabalhadores sejam levadas em consideração pelo coletivo; que exista, por parte da diretoria, uma política de transparência e de esclarecimento de suas ações perante aos demais membros das cooperativas e/ou associações (RECH, 2000). Segundo as informações coletadas, os trabalhadores que estão inseridos na cooperativa B (que não ocupam cargos na diretoria), responderam que nem sempre são ouvidos nas suas opiniões e sugestões, durante as reuniões ou na realização das atividades que envolvem o processo de trabalho. Nesse sentido, percebe-se que na cooperativa B pode estar havendo uma centralização no processo de tomada de decisões.

Com as respostas obtidas nas entrevistas realizadas com os trabalhadores, porém, constatou-se que as demais experiências populares tentam desenvolver um processo de gestão participativa nos seus processos de trabalho. Essa gestão que vem se tentando desenvolver nas demais experiências pesquisadas (associação D, cooperativa A e cooperativa C) é designada de gestão estratégica/participativa e se configura “através de ações estratégicas, descentralizando o poder, ampliando e incentivando os canais de participação. Sua expressão máxima seria a autogestão” (PRATES, 1995, p. 101). Com exceção dos trabalhadores da cooperativa B – caracterizada neste estudo como um processo de gestão concentradora –, quando os sujeitos entrevistados foram perguntados acerca de seus posicionamentos em relação às propostas apresentadas pelo coletivo e/ou pela diretoria, responderam que normalmente argumentam nas reuniões, quando não concordam com alguma proposta ou decisão. “[...] as relações de trabalho são de natureza bastante distinta: no processo de gestão, por exemplo, não há patrões e empregados, mas apenas sócios-proprietários” (GONH, 2003, p. 15).

Nesse sentido, longe de ser uma visão ingênua desses empreendimentos, percebe-se que essas cooperativas e associação vêm tentando realizar um processo de gestão participativa, que possivelmente pode ser caracterizado como tentativas de processos autogestionários. Na cooperativa B, entretanto, a diretoria detém o poder, centralizando as decisões da cooperativa, mesmo quando os demais cooperados participam das reuniões e assembléias.

Mediante estes relatos, constata-se que os trabalhadores se sentem responsáveis pelas cooperativas e associação, mesmo quando não ocupam cargos na direção. Das respostas citadas, somente a Elisângela e a Joana responderam que se sentem obrigadas e/ou intimadas a participar das reuniões. A Joana porque faz parte da diretoria e a Elisângela responde que participa porque é obrigatório. Ambas as cooperadas trabalham na cooperativa B. Os 87,09% dos trabalhadores que informaram que se sentem responsabilizados pelos empreendimentos, integram os outros três empreendimentos pesquisados. “Pode-se contrapor pobreza socioeconômica e pobreza política. A primeira passa em boa parte pela fome, pela miséria material. A segunda, pela falta de participação” (DEMO, 1999, p. 15).

Constata-se, assim, que a participação, se for realizada com criticidade, é fundamental ao processo de gestão num empreendimento coletivo, pois é por meio dessa participação e do comprometimento dos trabalhadores, que esses empreendimentos possivelmente se tornam autogestionários. Esse processo de participação e de autonomia dos trabalhadores na associação e nas cooperativas, pode ser confirmado por meio dos seguintes elementos: presença nas reuniões, capacidade de opinar, capacidade de indicar colegas e se auto-indicar à diretoria, capacidade dos associados em estabelecer igualdade nas relações de trabalho, capacidade de eleger seus representantes, entre outros.

O processo de participação dos trabalhadores, portanto, está envolto ao estabelecimento de relações de igualdade e de democracia entre os cooperados e/ou associados. Já o seu oposto, a não participação dos trabalhadores nas cooperativas e associações – que pode resultar na pobreza política –, pode ser caracterizada pela ausência dos seguintes elementos constitutivos de uma experiência coletiva e popular: dificuldade de auto-sustentação dos empreendimentos (problemas de organização comunitária); falta de consciência crítica e auto-crítica por parte dos trabalhadores; falta de capacidade de reivindicação organizada, de planejamento participativo; dificuldade de auto-sustentação das experiências (conformismo, passividade, paternalismo); falta de “luta” por parte dos sujeitos para a aquisição de instrumentos de trabalho e produção; deficiência no processo de autogestão (capacidade de resolver problemas materiais e políticos) (DEMO, 1999).

Quando os trabalhadores foram perguntados sobre as suas percepções em relação à diferença entre serem funcionários e serem cooperados e/ou associados em experiências de Economia Popular Solidária, 77,41% dos entrevistados responderam que existe muita diferença (somente 22,58% não responderam ou disseram que não havia diferença). Estes dados podem ser visibilizados pelas seguintes respostas dos trabalhadores: “A gente é que é o dono” (SANDRA, cooperativa A); “Aqui a gente trabalha por conta” (VERA, cooperativa C); “A gente mesmo que se manda” (REGINA, associação D); “Trabalha com mais liberdade” (ROSANGELA, associação D); “Aqui não tem patrão, é bem melhor do que trabalhar de doméstica, aqui a gente trabalha para a gente” (CARINE, associação D); “A gente se torna dona e temos que ter a cabeça no lugar” (DEISE, cooperativa C). Com base nestes comentários dos sujeitos, constata-se que os mesmos se sentem responsáveis pelos empreendimentos coletivos, pois se percebem como associados e/ou participantes dos empreendimentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo apresentar os processos de trabalho desenvolvidos em experiências de Economia Popular Solidária localizadas no meio urbano na região do Vale do Rio Pardo no Rio Grande do Sul/BR. Com a III Revolução Industrial e com a inserção das políticas neoliberais nos países latino-americanos, o capital alcançou um nível tão elevado de acumulação nos seus processos de produção, a ponto de excluir, acirradamente, uma massa de sujeitos do mercado formal de trabalho – especialmente os menos qualificados.

Neste sentido, mesmo com os baixos rendimentos obtidos pelos trabalhadores nestas experiências (entre meio salário mínimo a dois salários mínimos), pode-se constatar que são muito significativas a estes sujeitos. Verifica-se então que, primeiramente, o que desencadeia a inserção destes trabalhadores nesses empreendimentos coletivos é a possibilidade de gerar trabalho e renda. Ou seja, a geração de renda é o mais imediato, cooperativismo e associativismo como forma de sobrevivência, resistência ao desemprego, ou como uma das estratégias dos trabalhadores para organizar suas lutas pela sobrevivência. Pode-se referir também que estes dados ilustram que os sujeitos que integram os empreendimentos coletivos no Vale do Rio Pardo são trabalhadores com baixa qualificação profissional e, se não estivessem incluídos nessas cooperativas e associação, possivelmente estariam em situação de vulnerabilidade social mais acentuada, isolados e sem princípios coletivos, autogestionários.

Pode-se considerar, também, que essas experiências cooperativistas e associativistas representem, possivelmente, formas de resistência e de contestação dos sujeitos ao sistema capitalista, pois aspiram uma sociedade produtora de valores de uso, controlada pelos próprios trabalhadores e não pelo capital. É importante que se faça referência a essa realidade, devido a ruptura que essas experiências coletivas, populares e solidárias, introduzem nas relações que envolvem os seus processos de trabalho, respaldados em princípios de solidariedade, democracia, participação de uma forma diferenciada e autogestão dos empreendimentos, diferenciando-se, assim, da lógica e da finalidade do sistema capitalista – de acumulação e centralização de capital. Refere-se, entretanto, o fato de que algumas cooperativas e associações vêm sendo utilizadas como formas de publicização ou terceirização de serviços públicos e de privados. Esta realidade pode estar ocorrendo com os trabalhadores da cooperativa B e da cooperativa C. Mas, constata-se uma diferença entre essas duas experiências, pois, ao contrário da cooperativa B, os trabalhadores da cooperativa C são conscientes de sua dependência – que foge à finalidade dessas experiências.

Por fim destaca-se a importância e a relevância deste estudo, pois, praticamente, não existem pesquisas e bibliografias referentes a Economia Popular Solidária na região do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul – Brasil. Com a inserção da classe trabalhadora na lógica do sistema capitalista, em que é considerado cidadão o sujeito que está incluído no mercado formal de trabalho ou que possui uma fonte de renda, enfatiza-se a importância do apoio de políticas públicas e profissionais que assessorem estas experiências coletivas, de modo que o processo de monitoramento e avaliação se tornem constantes. Esses empreendimentos comumente são suscitados pelos sujeitos como uma das alternativas de gerar trabalho e renda, diante das manifestações da questão social.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRAMO, Laís. A situação da mulher latino-americana: o mercado de trabalho no contexto da reestruturação. In: DELGADO, Didice G.; CAPPELLIN, Paola; SOARES, Vera. *Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

*Atlas da Economia Solidária no Brasil*. 2005 Brasília: MTE, SENAES, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E.; GENTILI, P. *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BREUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria I. B (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanência e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Ed. 34, 2000.

*CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL*. 1988.

DEMO, Pedro. *Avaliação qualitativa*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. (Polêmicas do nosso tempo).

*E19 Economia Solidária em Desenvolvimento*. Brasília: TEM; SENAES, 2003.

FONSECA, Tânia M. G. *Gênero, subjetividade e trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2000.

LEBOUTTE, Paulo. *Economia Popular Solidária e políticas públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE, 2003.

LEI Nº 5.764-71. *POLÍTICA NACIONAL DO COOPERATIVISMO*. In: Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

LEI DE DIRETRIZES E BASE DE EDUCAÇÃO. In: *Coletânea de Leis*, CRESS 10ª Região. Porto Alegre. Gestão 1999/2002,

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1988. Volume I.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Feuerbach. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

NASCIMENTO, Fernando Rios do. *Cooperativismo como uma Alternativa de Mudança: uma abordagem normativa*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PINHO, Diva Benevides. *O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Saraiva, 2004.

PRATES, Jane Cruz. *Gestão estratégica de instituições sociais: o método marxiano como mediação do projeto político*. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1995. (Dissertação de Mestrado).

\_\_\_\_\_. *Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social*. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003. (Tese de Doutorado).

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL – PNUD BRASIL. *Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil de 1996*. Brasília: PNUD/IPEA, 1996.

RECH, Daniel. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1999.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (org.). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, Maria Luiza de. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

TIRIBA, L. *A Economia Popular Solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho*. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 221-224.